

**José Guilherme Merquior e Fernando Collor de Mello:
O Moderno Liberalismo Social**

**Monica Piccolo Almeida
Doutoranda UFF
Filosofia Política**

O início dos anos noventa, no Brasil, foi profundamente marcado pelos embates em torno da consolidação do discurso e das práticas políticas que postulavam o ideário neoliberal como saída para a então crise que o país atravessava. Em meio às disputas eleitorais de 1989, a agenda neoliberal assume papel de destaque e acaba por polarizar a sociedade brasileira. Temas como reforma do Estado, privatização, distribuição de renda, déficit público, pautaram as estratégias eleitorais.

Inserida neste contexto deu-se a eleição de Fernando Affonso Collor de Mello. Os embates entre um jovem político, carioca de nascimento e nordestino por área de atuação, candidato por uma frágil aliança partidária, cuja trajetória percorreu as fileiras da ARENA (Prefeito de Maceió nomeado em 1979), do PDS (eleito Deputado Federal em 1982), do PMDB (Governador de Alagoas eleito em 1986), até chegar à criação de um partido próprio, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – ex Partido da Juventude –, claro representante de uma elite ilustrada, bem formada, cosmopolita e poliglota e, um outro, Luís Inácio Lula da Silva, que alardeava sua origem de retirante nordestino, intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 70, à fundação de um partido político de massas, cuja precária formação acadêmica em nada o desqualificaria para assumir o mais alto cargo da República, acabaram por cindir o Brasil em dois lados absolutamente antagônicos.

Durante dois meses, as estratégias políticas de Collor e Lula digladiaram-se na televisão e no rádio. Ao binômio moralização / modernidade do primeiro, o segundo contrapunha um discurso esquerdista que assustava a classe média e o empresariado. Neste momento, estava em jogo o modelo de Estado que a partir de então regularia as relações sociais no Brasil e cujo impacto pode ser sentido até os dias atuais. Depois de acirrada disputa no segundo turno (Collor e Lula estavam tecnicamente empatados às vésperas da eleição), Collor sagrou-se vencedor obtendo cerca de 35 milhões de votos, ou 42,75%, contra 31 milhões de Lula, ou 37,86%. Uma vitória e tanto para um político que, há menos de um ano, era conhecido apenas como o governador das paupérrimas Alagoas e herdeiro da poderosa organização Arnon de Mello.

Nesse contexto, assumem grande relevância os escritos de José Guilherme Merquior. Diplomata, filósofo, sociólogo, membro, desde 1982, da Academia Brasileira de Letras e bacharel em Direito, Merquior foi um ácido crítico tanto do marxismo, considerando-o superado como proposta teórica quanto da social democracia - cuja derrota frente ao moderno liberalismo explicou como conseqüência da revolta do mundo contra o estatismo econômico - e um fervoroso defensor do moderno liberalismo social, cujo significado não se restringia a apenas menos Estado, mas, sobretudo a mais liberdade.

Em sua obra principal, “O Liberalismo Antigo e Moderno”, Merquior elaborou, em apenas quatro meses, um denso mapeamento da trajetória do liberalismo durante três séculos, analisando suas várias vertentes e diferentes significados, partindo do pressuposto fundamental de que o Liberalismo dificilmente pode ser definido uma vez que reflete a diversidade da história moderna. O alcance das idéias liberais compreende pensadores diversos em formação, como Tocqueville, Mill, Dewey, Keynes, Rawls, Locke, Montesquieu e Adam Smith. Assim, para se elaborar uma Teoria do liberalismo, antigo e moderno, deve-se proceder a uma descrição comparativa de suas manifestações históricas, o que realiza Merquior ao recuar ao século XIX, afirmando que, então, o movimento liberal atuava em dois níveis (pensamento e sociedade), podendo ser definido como um corpo de doutrinas e grupo de princípios que sustentavam o funcionamento de várias instituições, algumas antigas (parlamentos) e outras novas (liberdade de imprensa).

Apropriando-se dos escritos de Carl Schmitt, na obra *Constitutional Theory* (1928) Merquior pontua que a constituição liberal possui dois princípios fundamentais: i) **distributivo** no qual a esfera de liberdade individual é, em princípio, ilimitada, enquanto a capacidade que assiste ao governo de intervir nessa esfera é, em princípio, limitada. Em outras palavras, tudo o que não for proibido por lei é permitido e o ônus da justificação cabe à intervenção estatal e não á ação individual; ii) **organização** que consiste em fazer vingar o princípio distributivo que estabeleceu uma divisão de poder (ou poderes), uma demarcação da autoridade estatal em esfera de competência para refrear o poder mediante o jogo de “pesos e contrapesos”; divide-se a autoridade de maneira a manter limitado o poder. (Idem, p. 17)

Pós Revolução Francesa, o liberalismo burguês lutara contra o privilégio aristocrático mas não estava preparado para aceitar suas conseqüências democráticas; o liberalismo tornou-se a doutrina da monarquia limitada e de um governo popular igualmente limitado (voto censitário). A partir de 1870, com o advento da democracia no ocidente industrial, houve a preservação definitiva das conquistas liberais (liberdade religiosa, direitos humanos, ordem legal, governo representativo responsável, legitimação da mobilidade social).

O Estado democrático liberal não foi apenas obra dos liberais (tories ingleses, Bismarck e Napoleão III, por exemplo, introduziram ou ajudaram a introduzir o sufrágio masculino universal, frequentemente contra a vontade das elites liberais). Neste sentido, ao endossar a democracia representativa e o pluralismo político, tanto os conservadores quanto os socialistas, quaisquer que fossem seus objetivos, cederam de forma patente a princípios liberais.

Na segunda metade do século XIX surge na Europa uma reformulação do liberalismo clássico, nomeado por Merquior como “Liberalismo Social” cujo início remonta à segunda fase da reforma legal inglesa (pós 1870) quando a defesa da justiça social assumiu importância central, uma vez que a primeira fase (1825-1870) foi destinada à ampliação da independência individual.

Tomando como referência os escritos de Thomas Hill Green, Merquior aponta que para esse “novo liberalismo” a função do Estado é a remoção de obstáculos ao auto desenvolvimento humano através de reformas esclarecidas que possibilitassem a um maior número de indivíduos gozarem de mais altas liberdades. Nesse sentido, em sua forma clássica, o liberalismo estava se tornando “obstrutivo” pois sua receita minimalista tornava-se crescentemente obsoleta devido à penetração cada vez maior do direito na sociedade.

Thomas Green é então caracterizado como o salvador do liberalismo pois mudou pressupostos e alterou práticas, sem renegar os valores básicos da doutrina. Embora não fosse partidário do laissez-faire, não abandonou o liberalismo (liberdade econômica). A propriedade privada era um arrimo fundamental ao desenvolvimento do caráter. Assim, Green propôs a conversão de trabalhadores em pequenos proprietários. As classes médias iriam atenciosamente ajudar os pobres a se tornarem bons e conscienciosos burgueses.

Para Merquior, assim, Green deu ao liberalismo um recomeço de vida ao conjugar os valores básicos dos direitos e liberdades individuais com uma nova ênfase na igualdade de oportunidades e no ethos da comunidade, promovendo a transformação ética do liberalismo numa direção social-liberal.

Apesar da importância dos escritos de Green, o liberalismo social propriamente dito floresceu, afirma Merquior, nos primeiros anos do século XX graças a John Hobson e Leonard Hobhouse. O primeiro, era membro à esquerda do Partido Liberal inglês que em defesa da liberdade positiva, queria que o governo criasse oportunidade igual. Via no mercado uma fonte de desperdício e desemprego, males para os quais a poupança sozinha não era uma solução (crítica interpretada como precursora de Keynes). No entanto, para Merquior o problema surge no entender de Keynes quando as poupanças deixam de se tornar investimentos, enquanto para Hobson a dificuldade real consiste em que o investimento pode tornar-se excessivo em relação ao consumo. A concentração

de renda e as poupanças excessivas, levam ao subconsumo e, portanto, ao imperialismo como uma saída. O remédio era a taxaço redistributiva que levará ao consumo, à justiça interna e à paz externa. As propostas de Hobson, expressas em “Word and Wealth (1914), assim, giram em torno dos seguintes pontos: i) alguma propriedade pública do solo que permitisse habitação decente; ii) transporte público; iii) nenhum monopólio; iv) rede nacional de escolas públicas; v) sistema legal mais justo. A redistribuição fiscal da receita faria a tarefa, de uma maneira que não se assemelhava remotamente à revolução, enquanto o capitalismo, uma vez regenerado e regulado, não devia ser substituído por um sistema econômico inteiramente diverso. (Idem, p. 22)

Leonard Hobhouse, acadêmico e fundador da primeira cadeira de sociologia na Escola de Economia e Ciência Política de Londres em 1907, em sua obra “Liberalism” (1911), tinha como ideal uma sociedade orgânica que proporcionasse à maioria de seus membros “uma igualdade viva de direitos” com oportunidades abundantes para o auto desenvolvimento individual através de uma nova maquinaria institucional: as agências de bem estar social, financiadas por uma taxaço socialmente orientada. Hobhouse acreditava que o pior da luta de classes já passara, uma vez que a tardia riqueza vitoriana podia permitir uma ampla distribuição, enquanto sindicatos responsáveis manifestavam uma crescente capacidade de praticar a democracia. Os direitos eram concedidos pela sociedade, mas sua função residia em auxiliar o crescimento da individualidade.

Com a irrupção da Guerra, a figura central do liberalismo social foi Keynes, economista que reformulou a economia política e tornou-se a principal referência do liberalismo reconstruído. Em 1931, Keynes escreveu que o problema político da humanidade consiste em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. Tais princípios são relacionados por Merquior, respectivamente, às lições amargas extraídas dos traumas da guerra e da depressão mundiais, à sobrevivência das inquietações humanitárias dos adeptos do liberalismo social do século XIX e à permanência das preocupações em torno da defesa do individualismo do liberalismo clássico (Idem, ibidem, p. 39). O Keynesianismo era, assim, profundamente vinculado a uma revolução moral e pretendia salvar a democracia através da renovação do capitalismo.

Neste sentido, Keynes propôs “a eutanásia do capitalismo” e uma socialização um tanto abrangente do investimento”, como resposta criativa do capitalismo à insistência socialista na socialização da produção. A prescrição de Keynes, afirma Merquior, residia em que o Estado controlasse os gastos e a demanda, em vez de controlar a propriedade e a oferta. No entanto, Keynes superestimou a racionalidade de políticas econômicas adotadas por governos democráticos ao ignorar as distorções acarretadas por pressões de grupos de interesses de fazer prevalecer, ou de bloquear, o mercado político democrático. No capitalismo moderno, pós-keynesiano, o próprio

setor público, com seus exércitos burocráticos, pressiona por maiores gastos governamentais, alimentando ainda mais a crise fiscal do Estado. (Idem, *ibidem*, p. 43)

Em que pesem as críticas a John Hobson (visão ainda excessivamente benigna do capitalismo), a Hobson (ambivalência com relação aos sindicatos) e Keynes (superestimação da racionalidade de políticas econômicas adotadas por governos democráticos, ignorando as consequências econômicas acarretadas por pressões de grupos de interesses de fazer prevalecer, ou de bloquear, o mercado político democrático), as idéias deste “novo liberalismo” formuladas por Leonard Hobhouse, John Hobson e Keynes, são as chaves de entendimento das idéias de Merquior para pensar o Brasil do final dos anos oitenta e início dos anos noventa.

As críticas que elabora a Keynes e a defesa do que chama de “liberalismo social” podem ser claramente identificadas nos artigos que publicou ao longo do mês de dezembro de 1989 no jornal “O Globo”. Em sua coluna semanal intitulada “A vida das idéias”, Merquior defendeu abertamente a reforma estrutural do Estado como único caminho possível para reversão do quadro de crise crônica que o Brasil apresentava, apropriando-se em muitos momentos dos escritos dos “dois Hobs” e do próprio Keynes.

No artigo intitulado “Cinco Males Nacionais”, publicado em 03 de dezembro de 1989, Merquior traça um diagnóstico dos problemas estruturais brasileiros, a saber: i) a distribuição de renda singularizada por um grau excepcionalmente elevado de desigualdade; ii) o viés urbano que impediu uma política do solo voltada para a agricultura diversificada, capaz de gerar emprego no interior e reduzir o inchaço da marginalidade urbana; iii) estrutura fiscal duplamente distorcida pois há o predomínio tanto dos impostos indiretos – não se gradua conforme os diferenciais de renda entre os contribuintes - quanto das pessoas jurídicas - que repassam o valor do imposto aos preços - no conjunto da arrecadação; iv) a cultura da inflação fruto tanto do déficit crônico do Estado superonerado por subsídios, pela remuneração do funcionalismo público e do peso da dívida externa quanto do déficit cívico que leva a maioria dos grupos sociais a aumentar os custos através de contínuas cobranças ao Estado e à sociedade; v) o equívoco quanto ao papel social do Estado.

Diante de tal quadro, as soluções propostas por Merquior são: i) a substituição da luta aberta ou surda pela “divisão do bolo” pelo conflito social moderno que se baseia em largas doses de consenso econômico e político. Em outras palavras, conjugar a preocupação igualitária com o reconhecimento de que a alta produtividade e o nível de prosperidade global da economia são essenciais à melhoria real dos salários e do poder aquisitivo das massas; ii) uma ampla reforma tributária que passe pelo aumento da taxaço de pessoas físicas de alto poder aquisitivo e pela redução da taxaço sobre as empresas com o objetivo de reduzir o déficit público e melhorar a

distribuição de renda; iii) a redução dos subsídios e o cancelamento de taxas de câmbio artificiais que facilitam as importações e dificultam as exportações. iv) redução do gasto “social” do Estado com o funcionalismo público e fim dos subsídios que só favorecem a classe média, como por exemplo as baixas tarifas dos serviços públicos, gasolina, educação, etc.

(...) antes de verter lágrimas de crocodilo ante a perspectiva de emagrecimento do Estado, nossa esquerda bem pensante deveria compreender que, além de ser bastante ineficiente como amo e senhor da economia, o Estado latino-americano típico, e o brasileiro em particular, está longe de ser filantrópico. Nosso Estado “social” na verdade reproduz privilégios, ao mesmo tempo em que cerceia a dinâmica de crescimento por alimentar a inflação crônica, interminavelmente reabastecida pelas atitudes e demandas cartoriais de grupos sociais particularistas.

Por isso, emagrecer o Estado – o que não significa, ao contrário do que pretende o liberalismo conservador, aboli-lo, ou reduzi-lo a mero gendarme – é um imperativo atualmente embutido na própria exigência das reformas de estrutura sugeridas pelo diagnóstico das nossas taras sociais. Pois somente o emagrecimento do Estado permitirá a redefinição de suas funções, em favor do social e do planejamento sem estatismo. (O Globo, 03/12/1989, p. 3)

Ao analisar o processo eleitoral que estava em curso – segundo turno das eleições presidenciais -, Merquior procura desqualificar a polaridade que então se alardeava entre redução da desigualdade social (contida na proposta do candidato Lula) e modernização das estruturas do Estado, governo e administração (idéias defendidas pro Collor) ao afirmar no artigo publicado no jornal O Globo no dia 10/12/1989 que o próprio êxito na luta contra a desigualdade passa pela reforma do Estado.

O eixo da argumentação de Merquior passa pela defesa de que as demandas distributivistas de caráter imediatista implicam um alto grau de intervenção na economia, seja na estipulação de salários, seja nas tentativas de criar ou manter subsídios ou, ainda, de controlar preços, levando a mais inflação e não a menos desigualdade. A solução, portanto, seria o combate à inflação sem deixar de perseguir a redistribuição de renda através do enfrentamento da dívida interna e do déficit público. A médio prazo, o Estado empreenderia igualmente uma reforma fiscal e outra patrimonial, assegurando maior liquidez ao Tesouro e maior eficiência à ação governamental. No centro de tal proposta encontra-se a defesa das privatizações uma vez que pela reforma patrimonial, o Estado privatizaria as estatais onerosas, gerando com isso maior receita, além de diminuir sua custosa carga burocrática.

A proposta defendida por Merquior garantia a redistribuição de renda pois,

(...) uma vez emagrecido e agilizado, emagrecido para se tornar mais ágil, o Estado fica de mãos livres para promover o investimento público produtivo – historicamente, em nossa economia, o carro-chefe do comboio da inversão, incluindo o investimento privado, nacional e estrangeiro. E esse Estado financeiramente sã, fiscalmente forte e investidor ganha condições de realizar duas coisas essenciais à melhoria do nível de vida popular: (a) gera, direta e indiretamente empregos; e (b) torna-se apto a atacar, com vigor e escalas inéditos, programas de alto sentido social na área da saúde, da moradia e da educação. (O Globo, 10/12/1989, p. 7)

Recuperando a releitura do liberalismo clássico que marcou o pensamento liberal a partir da segunda metade do século XVIII, Merquior defende a ação social do Estado como caminho para fornecer e orientar serviços indispensáveis à humanização das condições de existência da grande massa de cidadãos.

(...) é a conjunção de Estado forte e economia dinâmica que reduz os diferenciais de renda, aumentando o consumo de massa pela constituição definitiva de um amplo mercado interno. O distributivismo imediatista, inibindo a economia pelo afugentamento do lucro, só é “social” de maneira fugaz e contraditória. No fim da linha, seu resultado não é o bem estar da população e sim o empobrecimento causado pela desarticulação da máquina econômica. E sabemos que esse distributivismo escamoteia a reforma do Estado, privando-se assim do mais poderoso instrumento de superação das iniquidades da nossa estrutura social. (O Globo, 10/12/1989, p. 7)

No entanto, se tece duras críticas ao distributivismo, Merquior também não poupa o que chama de “economicismo selvagem”. Ao visar somente o lucro e a especulação, deixando de lado o investimento, só é “econômico” de modo efêmero pois a longo prazo representa no máximo,

um subcapitalismo tacanho e míope porque negligencia o tremendo potencial de mercado e inovação que só a incorporação das massas aos modernos padrões de consumo e produção permite (...) aquilo que as sociedades modernas aspiram positivamente não é o igualitarismo da miséria, a justiça na penúria, e sim a participação livre e razoavelmente igualitária nos frutos do progresso e do conforto. (O Globo, 10/12/1989, p. 7)

Os elementos acima apontados como parte do ideário liberal defendido por Merquior, também são identificados nos discursos do então presidente Fernando Affonso Collor de Mello.

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Collor põe em marcha um conjunto de reformas que tem origem na constatação do esgotamento financeiro do Estado e na necessidade de redução do déficit público. O “enxugamento” da máquina estatal a partir da eliminação de superposições e a diminuição de custos constituíram-se em objetivos de reforma administrativa. O discurso governamental de desestatização, desregulamentação e de liberalização dos preços e salários apontava para um modelo de Estado neoliberal.

Os temas centrais do programa de governo são anunciados por Collor em seu discurso de posse, a saber: democracia e cidadania; inflação como inimigo maior, reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social e a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Partindo de um diagnóstico que sua eleição significou o triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política do tipo messiânico, Collor afirma *que “não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado”*. (Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15/03/1990)

Assim como Merquior, Collor também aponta a presença no Brasil na cultura da inflação que estimula a ganância e desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva. Nesse sentido, apresenta como pontos centrais de seu programa de governo o combate à inflação e a racionalização do setor público.

(...) Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal. A meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. (...) se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. (Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15/03/1990)

A defesa da redução dos gastos públicos também é um ponto central para Collor. Torna-se, assim, central no discurso do presidente equilibrar o orçamento federal através do fim da concessão de benefícios e de privilégios. Assim como para Merquior, tal conquista exige, obrigatoriamente, uma estratégia global de reforma do Estado, cujo saneamento será conquistado através de uma tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.

Não é apenas no que se refere à defesa da tríplice reforma do Estado que Merquior e Collor convergem. Quando se trata das funções que esse Estado reformado deverá exercer, os dois adeptos do liberalismo social possuem um discurso mais do que afinado.

Minha eleição representou o endosso majoritário da sociedade brasileira ao projeto de redefinição do papel do Estado e de revigoração das forças de mercado, mas representou ao mesmo tempo o apoio ao meu compromisso com a maioria pobre, com as classes trabalhadoras. Em nenhum instante defendi as receitas do liberalismo conservador. (Discurso pronunciado nas comemorações do Dia do Trabalho, 01/05/1990).

O caminho que deveria ser trilhado para que se alcançasse esse novo modelo de organização do Estado é o mesmo tanto para Merquior quanto para Collor. Em ambos, a agenda neoliberal para as reformas estruturais - originadas do Consenso de Washington – se constituem como a receita perfeita para as mazelas do Brasil de então. Em outras palavras, sanear as finanças do Estado para obrigatoriamente pelos seguintes pontos:

- Redução dos gastos públicos;
- Fim da concessão de benefícios;
- Reformas fiscal, patrimonial e administrativa;
- Redefinição do papel do Estado
- Defesa da economia de mercado e da abertura ao capital externo
- Modernização econômica através da privatização como elemento gerador de receita e redutor do déficit público

Tais pontos ficam claramente definidos em uma outra passagem do discurso de posse de Collor.

Creio que compete primordialmente à livre iniciativa e não ao Estado criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. (Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15/03/1990)

Em linhas gerais, tanto Collor quanto Merquior defendem a atualização do liberalismo clássico diante das novas demandas promovidas pela crise que os Estados capitalistas de modernização tardia atravessavam. Propunham, assim, a manutenção dos pressupostos fundamentais do liberalismo conciliando-os com profundas reformas do aparelho do Estado e com a garantia de

direitos sociais. No entanto, nenhum dos dois arautos do “social-liberalismo”, teve tempo hábil para verificar na prática os resultados de seus projetos: Merquior veio a falecer em janeiro de 1991 em função de um câncer fulminante, antes mesmo da publicação de sua mais importante obra, “O Liberalismo Antigo e Moderno” e Collor foi sacado da presidência pelo processo de impeachment em 1992.

Referências Bibliográficas

MELLO, Fernando Collor de. Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15/03/1990.

_____. Discurso pronunciado nas comemorações do Dia do Trabalho, 01/05/1990.

MERQUIOR, José Guilherme. Cinco Males Nacionais. O Globo, 03/12/1989.

_____. Uma Falsa Opção. O Globo, 10/12/1989.

_____. O Senso do Estado. O Globo, 24/12/1989.

_____. O Liberalismo Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. O Liberalismo Social: Uma Visão Histórica. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.